

Campanha 'Gestação Segura' da Defensoria Pública de Minas esclarece sobre imunização materna contra a Covid

Das quase 26 mil gestantes e puérperas de Belo Horizonte, segundo estimativa da Prefeitura, apenas pouco mais de 50% receberam a primeira dose da vacina

PÁGINA 5

Foto Marcelo Sant'Anna / DPMG



Defensor-geral empossa mais duas defensoras públicas do VIII Concurso

PÁGINA 2

Foto Marcelo Sant'Anna / DPMG



Defensoria Pública de Minas Gerais é parceira do projeto Justiça em Rede

PÁGINA 4

DPMG lança novas funcionalidades no Perfil do GERAIS

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Superintendência de Tecnologia da Informação, disponibiliza novas funcionalidades no seu Sistema de Gerenciamento Institucional, o GERAIS. As novidades têm como principal benefício a desburocratização dos serviços e são voltadas para o público interno e para os cidadãos mineiros.

Agora, pela seção Perfil, os assistidos da Instituição podem atualizar seus dados de forma fácil, sem burocracia e sem precisar ir até a DPMG. Já pelo Perfil interno poderão ser feitas atualizações de contato, endereço e sinalização de férias e afastamentos, por exemplo.

As novas funcionalidades já estão disponíveis para os cidadãos mineiros, e as do Perfil interno serão implantadas no mês de setembro.

A seção Perfil do GERAIS pode ser acessada pelo APP DPMG, pelo portal da DPMG (clikando em 'Intranet', no canto superior, à direita), ou digitando na barra de endereços: <https://gerais.defensoria.mg.def.br/>

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria de Minas lança nova edição do curso de Mediação e Conciliação de Conflito

PÁGINA 7

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque PÁGINAS 3 a 7
- > Na mídia PÁG. 3, 5 e 6
- > Escola Superior PÁG. 7
- > Procedimentos e comunicados internos PÁGINA 8

Expediente e atendimentos presenciais e remotos na DPMG

Veja aqui os canais de atendimento e as Resoluções Conjuntas 002, 006 e 007/2021

Defensor-geral empossa mais duas defensoras públicas da 3ª turma de aprovados no VIII Concurso para ingresso na carreira da DPMG

Cerimônia aconteceu no Gabinete, por ato do defensor público-geral. Na sequência foi iniciado o Curso de Formação das novas defensoras e defensores públicos

Na segunda-feira (16/8), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, empossou as defensoras públicas Ana Beatriz Meirelles de Miranda e Ana Elisa Carvalho Fernandes Matos dos Santos. Elas integram a terceira turma de aprovados no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Instituição.

Quatro defensores da terceira turma já haviam sido empossados pelo Conselho Superior da DPMG durante sessão solene realizada no dia 13 de agosto. Ana Beatriz e Ana Elisa tomaram posse em ato no Gabinete do defensor público-geral, conforme disposto na Lei Complementar 65 (artigos 9º, inciso XX, e 50º, III), que prevê a posse posterior aos ausentes na sessão solene do Conselho Superior.

Estavam presentes na cerimônia o subdefensor público-geral do Estado, Nikolas Stefany Macedo Katopodis; a chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; o corregedor-geral da DPMG, Galeno Gomes Siqueira; a coordenadora do Atendimento da Capital, Sílvia Leonel Ferreira; o secretário do Conselho Superior, Guilherme Rocha; o assessor Institucional da Defensoria-Geral, Wilson Hallak Rocha; o assessor militar da DPMG, tenente coronel PM William de Oliveira Machado; e o presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), Fernando Martelleto.

Curso de Formação – Em seguida, foi iniciado o 8º Curso de Orientação e Preparação das Defensoras e Defensores Públicos aprovados no VIII Concurso, ministrado pela Defensoria Pública, por meio de sua Escola Superior (Esdep MG), cujo objetivo é capacitar e dar mais qualidade aos serviços prestados à população. O curso vai até o dia 1º de outubro e contempla também temas e aspectos técnicos,

Fotos: Marcelo Sant'Anna / DPMG



A leitura do Termo de Compromisso e Posse foi feita pelo secretário do Conselho Superior, defensor público Guilherme Rocha de Freitas



Novas defensoras públicas de Minas Gerais, Ana Beatriz Meirelles e Ana Elisa Carvalho

como atuação no júri, processos eletrônicos, entre outros, além de práticas supervisionadas.

VIII Concurso – Mais de dez mil candidatos concorreram a 30 vagas – inicialmente – para defensora e defensor público de Minas Gerais. O certame foi composto por cinco etapas, sendo a primeira – prova objetiva de múltipla escolha – realizada no dia 26 de maio de 2019 e a última – prova de títulos – concluída em fevereiro de 2020.

[Leia a matéria na íntegra](#)



Abertura da capacitação foi feita pelo defensor-geral, Gério Patrocínio Soares, que deu as boas-vindas aos seis novos membros da Casa e apresentou a equipe da Defensoria-Geral. Participam do 8º Curso de Orientação e Preparação as defensoras e defensores, aprovados e empossados, da terceira turma do VIII Concurso

AÇÕES EM DESTAQUE

TJMG declara a inconstitucionalidade de taxas cobradas do contribuinte em Janaúba a partir de ação da Defensoria de Minas

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.0000.18.034887-2/000 proposta pela Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, em face de dispositivos do Código Tributário do Município de Janaúba, no Norte de Minas.

Desta forma, foi confirmada a medida liminar, deferida em 11 de abril de 2019, que suspendeu a cobrança de “Taxa de Expediente” nas hipóteses de “requerimento, abaixo-assinado e petições”, “certidões, atestados e declarações”, “consultas”, “buscas em arquivos” e “outros serviços administrativos e de expediente não previstos nesta tabela”, previstas no Código Tributário de Janaúba.

Na ADI, a então defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, asseverou que tais cobranças violam o direito fundamental de petição e de certidão, além do princípio da legalidade tributária. O defensor público Gustavo Dayrell, em atuação na comarca de Janaúba e que colaborou com a elaboração da petição inicial, contextualizou acerca do forte caráter

regressivo do sistema tributário brasileiro, cuja carga é baseada em impostos indiretos (consumo e serviços). Assim, aponta inobservância da igualdade material tributária, tendo como resultado o estímulo à perpetuação da desigualdade social.

Mais uma vez foi reafirmada a legitimação universal do defensor público-geral para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade, dispensando-se, desta forma, a demonstração de pertinência temática entre o objeto da ação e os fins e objetivos institucionais.

[Leia a matéria na íntegra e acesse o acórdão](#)

NA MÍDIA

TJMG acolhe ação da Defensoria e declara inconstitucionalidade de taxas cobradas do contribuinte em Janaúba

[MG Inter TV 2ª Edição](#)

DPMG ajuíza ação para garantir o retorno às aulas presenciais em 463 municípios de Minas

Na ação, a Defensoria Pública pede que prefeituras adotem os parâmetros mínimos de retomada às aulas presenciais estabelecidos pelo Governo do Estado

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível (DEDICA-Cível), ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de liminar, em face a 463 municípios do estado, que aderiram ou não ao programa Minas Consciente, e que editaram decretos mais restritivos para o retorno às aulas presenciais dos que os estabelecidos pelo Governo de Minas Gerais.

A ação tem como finalidade estabelecer que os parâmetros gerais de retomada das aulas presenciais, já fixados pelo Governo de Minas Gerais, sejam o parâmetro mínimo para a retomada das aulas, não podendo os municípios adotar medidas mais restritivas.

Além da tutela repressiva dirigida aos municípios réus, a ação pede ainda a tutela preventiva, para alcançar outros municípios que adotem parâmetros gerais contrários àqueles estabelecidos pelo Estado.

A ACP requer, também, que os municípios promovam o retorno imediato às aulas presenciais, na educação básica, das redes de ensino municipal e estadual, pública e privada, de modo universal e facultativo, conforme os parâmetros gerais já estabelecidos; que publiquem, no máximo em 15 dias, seus protocolos locais de organização do retorno às atividades escolares presenciais, ou que adotem a organização proposta pela rede estadual.

Por fim, a ACP requer que os municípios que já tenham publicado seus protocolos locais de retorno às atividades escolares presenciais adequem, em até 15 dias, aos parâmetros gerais já estabelecidos, obedecendo e não extrapolando as normas sanitárias de combate à Covid-19 do Governo de Minas Gerais.

[Leia a matéria na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas Gerais é parceira do projeto Justiça em Rede

Iniciativa visa oferecer atendimento integral às mulheres em situação de violência em todas as comarcas

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) é uma das instituições públicas parceiras do projeto Justiça em Rede. O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, assinou o protocolo de intenções para a criação do projeto, na quinta-feira (19/8), durante cerimônia realizada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

A iniciativa irá incentivar e apoiar os juízes a formar redes compostas por serviços que atendam à mulher em situação de violência, abrangendo as diversas comarcas mineiras, com vistas a oferecer às vítimas um atendimento integral. Outro escopo do projeto é fomentar parcerias entre entidades governamentais e não governamentais, nas áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação para efetivação de programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher, culminando com a estruturação da rede de atendimento.

Além do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Defensoria Pública mineira, integram a parceria o Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); o Ministério Público de Minas Gerais; a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB-MG); e as Polícias Civil e Militar de Minas.

Homenagem – Durante a solenidade de lançamento do projeto, a ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM), foi agraciada com o Selo Mulheres Libertas, criado pelo TJMG nesta gestão para agraciar pessoas físicas ou jurídicas por trabalhos e projetos, em âmbitos diversos, que tenham o condão de contribuir para prevenir, combater e punir a

Fotos: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Defensor-geral (2ª posição, à direita) na mesa de honra



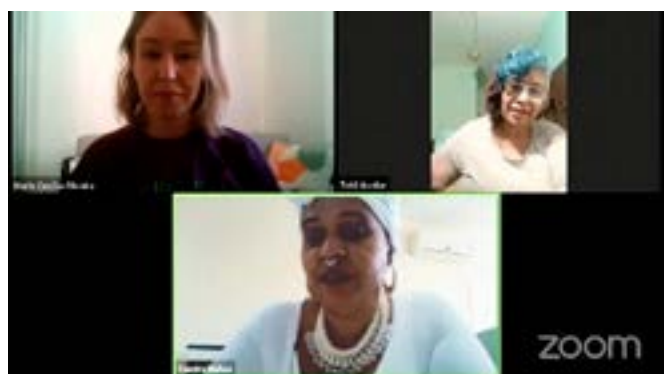
Presentes na cerimônia, a chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (à direita), a assessora Institucional da Defensoria-Geral, na função de Coordenadora Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, acompanhando o defensor-geral; e o diretor presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), defensor público Fernando Martelleto

violência doméstica e familiar contra as mulheres e empoderar mulheres e meninas.

[Leia matéria na íntegra](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública participa de evento virtual 'Lei Maria da Penha Para Quem?'



A defensora pública Maria Cecília Oliveira, coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência de Belo Horizonte (Nudem-BH), foi mediadora do evento “Lei Maria da Penha Para Quem?”, promovido pela Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Minas Gerais, do qual faz parte também como uma das coordenadoras.

O evento aconteceu no dia 18/8 e foi transmitido ao vivo e está salvo no canal do YouTube da Rede.

[Acesse aqui o encontro virtual](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Campanha ‘Gestação Segura’ da Defensoria Pública de Minas esclarece sobre imunização materna contra a Covid

Das quase 26 mil gestantes e puérperas de Belo Horizonte, segundo estimativa da Prefeitura, apenas pouco mais de 50% receberam a primeira dose da vacina

Ciente do desafio da imunização contra a Covid-19 das grávidas e puérperas (mulheres no período pós-parto, de 45 dias), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) lança a Campanha de Educação para a Vacinação de Gestantes – “Gestação Segura”.

No Brasil, a taxa de mortalidade por Covid-19 entre mulheres grávidas e puérperas é de 7,2%. O percentual representa mais que o dobro da atual taxa de letalidade do restante da população no país, que é de 2,8%. Os dados são do Boletim do Observatório Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz, divulgado em junho deste ano.

A campanha “Gestação Segura” pretende ser um meio de esclarecimento sobre a imunização materna contra a Covid, visando tornar o período gestacional o mais seguro e saudável possível. A ideia é mostrar a elas que vacinas só fazem bem a gestantes, puérperas e a todos. A campanha ocorrerá, predominantemente, por meio das redes sociais da DPMG, facilitando o compartilhamento de informações. Seu lançamento dialoga diretamente com o cenário de gestantes receosas de se vacinarem, o que as faz ficarem mais expostas a infecções, complicações e mortalidade causadas pela doença.

Para diminuir o número de óbitos em grávidas e

puérperas, estudo da Fiocruz sobre a pandemia nas América alerta que é essencial a combinação de medidas não farmacológicas – tais como manutenção das medidas de isolamento social, uso de máscaras, higiene das mãos e a não aglomeração –, e vacinação.

Em abril deste ano, o Ministério da Saúde incluiu grávidas e puérperas no Programa Nacional de Vacinação (PNI), mas em maio, depois da morte de uma mulher que havia recebido uma dose da AstraZeneca, a pasta recomendou a suspensão temporária da vacinação de gestantes sem comorbidades. Na ocasião, o Ministério anunciou que acompanharia todas as gestantes que já tinham sido vacinadas a fim de verificar as reações aos imunizantes.

Canal de comunicação – As gestantes e puérperas que eventualmente encontrarem dificuldades para serem vacinadas contra a Covid-19, devido à exigência de relatório ou prescrição médica, podem contar com o auxílio da Defensoria Pública de Minas Gerais. A Instituição lançou um canal de comunicação direto para este fim. O contato poderá ser feito por Whatsapp no número: (31) 98466-5128.

[Leia a matéria na íntegra](#)



CAMPANHA ‘GESTAÇÃO SEGURA’

Campanha Gestação Segura esclarece sobre imunização materna contra a Covid-19

[Portal CNJ](#)

Brasil lidera número de mortes maternas por COVID-19, aponta relatório – Gestação Segura

[Portal Estado de Minas](#)

Campanha ‘Gestação Segura’ esclarece sobre imunização materna contra a Covid

[Portal Agência Minas](#)

[Portal da Secretaria de Estado de Saúde](#)

[Jornal de Uberaba](#)

[Portal Paracatu News](#)

[Portal Regionalção](#)

[Portal Coluna Supinando](#)

[Portal Bomba Bomba](#)

[Portal Água Fria Notícias](#)

[Portal Mirante da Bocaina](#)

[Jornal Araxá.com](#)

[Portal Manhumirim](#)

[Jornal Folha Interativa](#)

[Portal Ubá em Foco](#)

[Portal Diário do Rio Doce](#)

[Jornal Montes Claros](#)

Campanha Gestação Segura esclarece sobre imunização materna contra a Covid-19

[Portal do Magistrado](#)

Mais, na página 6 >>

INSTITUCIONAL

Defensor-geral recebe visita institucional do deputado estadual Rafael Martins



Na sexta-feira (20/8), o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, recebeu uma visita institucional do deputado estadual Rafael Martins. O encontro aconteceu no Gabinete da Defensoria-Geral e contou com a presença da chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; dos coordenadores das Defensorias Especializadas da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência e de Saúde, Estevão Machado de Assis Carvalho e Bruno Barcala Reis, respectivamente; das defensoras públicas Fernanda Milagres e Diana Camargo; e da advogada Michelly Siqueira.

NA MÍDIA

Defensor público participa do programa *Via de Justiça* para falar sobre realidade da população LGBTQIA nos presídios

O defensor público de Minas Gerais, Paulo César Azevedo de Almeida, em atuação na Defensoria Pública em Contagem, participou do programa *Via de Justiça*, que foi ao ar no dia 13/8 pela TV Assembleia.

O defensor público e a juíza Viviane Queiroz da Silveira Cândido, da comarca de Igarapé, falaram sobre a realidade da população LGBTQIA nos presídios e sobre as mudanças propostas no manual “Direito das Pessoas LGTQIA nas Prisões”, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no final de junho de 2021.

O programa também comenta a decisão da juíza Viviane Cândido, que garante proteção à saúde dessa população na Penitenciária de São Joaquim de Bicas 1, em Minas Gerais. A ação foi ajuizada pela Defensoria Pública de Minas Gerais.

[Assista aqui](#)



CAMPANHA ‘GESTAÇÃO SEGURA’

Defensoria Pública faz campanha para esclarecer sobre imunização materna contra a Covid-19

[G1 Minas](#)

Defensoria Pública de MG orienta gestantes sobre a vacinação contra a Covid-19

[Bom Dia Minas](#)

Menos de 50% das gestantes e puérperas de MG se vacinaram

[MG Record](#)

Campanha ‘Gestação Segura’ esclarece sobre imunização materna contra a Covid

[Portal Gmais](#)

Campanha “Gestação Segura” esclarece a importância da imunização materna contra a Covid-19

[Portal BCN](#)

CASO SAMARCO

Atingidos por rompimento de barragem em Mariana vão participar de novo acordo de reparação

[MGTV 1ª edição](#)

GRÁVIDAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Defensora pública aborda atendimento a grávidas em situação de rua e dependentes de droga

[Jornal Band Minas](#)

REPARAÇÃO BRUMADINHO

Pagamento de auxílio para as pessoas atingidas em Brumadinho é prorrogado por mais 60 dias

Pedido foi feito por instituições públicas envolvidas no Acordo Judicial de Reparação com a Vale

O pagamento emergencial para as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, será prorrogado por até 60 dias. O pagamento continuará sendo feito até o mês de setembro e, possivelmente, até outubro deste ano. Após esse período, o pagamento será substituído pelo Programa de Transferência de Renda, previsto no Acordo Judicial de Reparação assinado em fevereiro entre a Vale, o Governo de Minas Gerais e as Instituições de Justiça.

A prorrogação foi requerida pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público Federal

(MPF) e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para resguardar interesses das pessoas atingidas e garantir a continuidade do recebimento de valores.

A prorrogação do pagamento emergencial, atualmente operacionalizado pela Vale, nos termos do Acordo Judicial de Reparação, foi requerida uma vez que ainda não foi possível concluir o procedimento de contratação da Fundação Getúlio Vargas, que fará a gestão do Programa de Transferência de Renda como auxiliar do Juízo, conforme estabelecido no acordo.

[Leia a nota na íntegra](#)

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria de Minas lança nova edição do curso de capacitação de Mediação e Conciliação de Conflitos

Aconteceu na sexta-feira (13/08) a aula inaugural do curso de Mediação e Conciliação de Conflitos para defensores (as) públicos (as) e servidores (as), realizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da sua Escola Superior (Esdep) e em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE).

Além dos alunos, estiveram presentes no encontro as advogadas e mediadoras Beatriz Aguiar Bovendorp Velloso e Camila Pereira Linhares, que aproveitou o momento para destacar o trabalho da DPMG e o importante papel de humanizar a mediação e conciliação de conflitos.

Em um bate-papo com o objetivo de conhecer melhor as expectativas de cada participante no decorrer do curso, foi apresentada também a metodologia que será trabalhada durante as atividades, abordando temáticas relacionadas à mediação e conciliação, separadas por unidades.

Durante o período do curso, que será realizado virtualmente entre 16 de agosto e 16 de novembro, os alunos terão acesso a videoaulas, textos de leitura selecionados e poderão interagir nos fóruns de discussão e debates livres. Haverá também, em cada módulo, uma hora de encontro síncrono.



Reunião foi virtual, realizada via Teams, com mediadoras e alunos (as)

